



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DE 1º GRAU E ORÇAMENTO

ATA DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS				
LOCAL	DATA	HORA		DURAÇÃO/ CUSTO R\$
		INÍCIO	FIM	
SALA DE REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA	10/04/2019	14:30	17:00	2h30min / 3.423,81

PARTICIPANTES				
Nº	Nome	Função	Sector	Assinatura
1	Artur Cortez Bonifacio	Juiz de Direito	COMARCA DE NATAL - 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
2	Diego Costa Pinto Dantas	Juiz de Direito	COMARCA DE EXTREMOZ - VARA ÚNICA	
3	Francisco Chiberio da Silva Júnior	Técnico Judiciário	COMARCA DE NATAL - 11ª VARA CRIMINAL	
4	Geraldo Antonio da Mota	Juiz de Direito	COMARCA DE NATAL - 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
5	Janiere de Lira (antigo)	Chefe de Seção de Avaliação da Estratégia e Gestão de Proc	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
6	Jose Herval Sampaio Junior	Juiz de Direito	COMARCA DE CEARÁ MIRIM - 1ª VARA	
7	Maristela Rodrigues de Queiroz Freire	SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
8	Michellson Costa de Lima Cordeiro	CHEFE DE SEÇÃO DE APOIO À SEÇÃO CÍVEL	DIVISÃO DE CONTROLE PROCESSUAL	
9	Patrycia Karina de Melo Onofre Araújo	Chefe de Gabinete de Secretaria	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
10	Paulo Celio Pinto Machado	Secretário de Orçamento e Finanças	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	
11	Ticiania Maria Delgado Nobre	Juiz de Direito	COMARCA DE JOÃO CÂMARA - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL	
12	Zaira Sobreira Bezerra Papaiz	Oficial de Justiça	COMARCA DE NATAL - DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA DE NATAL	

OBJETIVO DA REUNIÃO

Discutir Ações de Priorização

PAUTA

1	Redimensionamento - Resolução 219 CNJ
2	Análise e Adequação do Orlamento 1º e 2º Grau

DISCUSSÃO

1	<p>Após a abertura da reunião pelo Presidente, Diego Dantas, o representante da AMARN, o magistrado, Herval Sampaio fala da importância de inserir o Comitê Gestor na RAE formalmente e em seguida expõe que a Secretaria Unificada é a ideia mais viável e com mais possibilidade de êxitos, dentro da realidade do TJRN. O presidente do Comitê Gestor, Diego Dantas, registra que o redimensionamento e orçamento do 1º grau estão destoantes. A servidora da SGE, Patrycia Karina esclarece que deve ser levado em consideração a média de casos novos do último triênio. A magistrada, Ticiana Nobre, fala que não tem como readequar a força de trabalho sem readequar o orçamento. Hoje a distribuição do orçamento é 60% 1º Grau e 40% 2º, conforme dados do Comitê anterior, Dr Herval fala que a resolução propõe 90% 1º Grau e 10% no 2º Grau. Dra Ticiana fala que a política de priorização encontra-se na resolução 194 e se baseia em três pilares, sendo eles: Alinhamento do Plano Estratégico, Equalização da Força de Trabalho e Adequação Orçamentária.</p> <p>Dra Ticiana, pede para refletir o efeito prático do que vai se fazer quanto ao redimensionamento.</p> <p>Paulo, secretário de finanças, solicita esperar o final do mês de abril para atualizar os cálculos e também sugere que não sejam feitas novas despesas, já que o cenário já aponta um crescimento da despesa. Expõe que é a favor do remanejamento, que se tire do 2º grau para o 1º, porém estabelecendo critérios e analisando os impactos que isso irá gerar para o TJRN, fala também da necessidade de modernização e visão de futuro da instituição. O magistrado, Arthur Cortez questiona que modernização seria essas, e Paulo cita: Aperfeiçoamento da Execução Orçamentária e Procedimentos administrativos. Hoje não é possível o aumento de despesa com pessoal no TJRN. A arrecadação vem caindo, foi necessário tomar medidas de corte de despesas. Paulo fala que da fonte 100, 80% é gasto com pessoal e que o TJRN precisa aprender a gastar bem e fiscalizar mais os gastos. O juiz, Diego Dantas, entende que precisa respeitar e cita o empenho da Presidência e da AMARN em atender a resolução 219 do CNJ. Dr Herval Sampaio, fala da necessidade de iniciar essa readequação. Paulo do financeiro explica a distinção entre remanejar orçamento do 2º para o 1º grau e nomear pessoas, já que essa segunda opção implicaria em nova despesa. Dr Diego Dantas questiona se ao invés de nomeações fosse realizada a contratação de terceirizados e Paulo explica que o terceirizado do TJRN que desempenha função na área fim, caracteriza desvio de função. Paulo entende que o primordial é saber quanto é possível migrar por ano do 2º para o 1º. É necessário trazer números para assim estabelecer diretrizes reais. Dra. Ticiana sugere começar esse trabalho do zero, partindo da unificação das secretarias já que é a opção que reduz força de trabalho e assim impactaria no número de servidores e a política do remanejamento já seria outra. Dr Geraldo fala da necessidade de terminar a digitalização dos processos para assim iniciar a Unificação, relembra que essa já é uma medida inicial para a unificação. Dra. Ticiana fala da necessidade de um planejamento, e para ela diante do relatório apresentado não é possível realizar remanejamento no momento. Para a mesma, o estudo deve ser refeito, pois após ser realizado, houve alteração de competência e teve redução de mão obra. Zaira Papaiz, assessora de comunicação do SINDIJUSTIÇA, pede a palavra e informa que os Diretores da gestão atual, percorreram todas as comarcas do estado no período de Janeiro a Fevereiro de 2019, buscando informações quanto ao número de processos e quantitativo de servidores (efetivos, cedidos, comissionados, terceirizados), esse levantamento foi realizado através de aplicação de questionários restando lançar os números em planilha de excell, pois ainda encontra-se em tabulação. O servidor Francisco Chiberio, representante dos servidores, fala que acompanha os servidores cedidos e que os mesmos estão sendo devolvidos para os órgãos de origem, porém os mesmos estão sendo pegos de surpresa e pleiteia que ocorra um aviso prévio para esses servidores, que em maioria, está há muitos anos no poder judiciário. Dr Herval, fala que isso será pauta da reunião com a Presidência.</p> <p>Dra. Ticiana fala que é preciso pensar no Poder Judiciário como um todo. E que é necessário formar um plano, para assim ir para aprovação do pleno e ser executado. Dr Diego pede para voltar o primeiro ponto, à resolução 219. Herval retoma a palavra e concorda com Ticiana, para que estudo seja atualizado, as competências reavaliadas e que não abre mão de iniciar minimamente o que já foi compromisso da gestão passada. O servidor Michellson Cordeiro, fala que dentro das possibilidades orçamentárias, o chefe de secretaria deveria passar a ter remuneração equiparada ao auxiliar de juiz. Dra. Ticiana, concorda com o pleito, mas compreende que é difícil, haja vista existir uma necessidade de pulverizar a despesa para assim ter mais servidores do que concentrar despesa em um único servidor.</p> <p>Dr Diego Dantas, coloca em votação a Nomeação de 120 cargos de assessores (18 assistentes dos juízes auxiliares de Natal e a implementação das cinco unidades criadas na LODJ (Goianinha, Nísia, Extremoz, Canguaretama e Parelhas), e o único voto contra foi do servidor Francisco Chibério, o mesmo alegou que devido à questão orçamentária exposta vota contra.</p> <p>A atualização do estudo de redimensionamento deverá ser realizada. O relatório será atualizado em duas bases: Além de competência se faz necessário vislumbrar a Unificação Regional.</p> <p>A reunião chega à fase final, a servidora Patrycia Karina, expõe os processos que estão sendo enviados a SGE sobre redimensionamento e esclarece a dificuldade de atender os pleitos com os requisitos que foram propostos na resolução 035/2018 TJRN.</p>
2	<p>Registra-se nesta ATA que o Magistrado, Raimundo Carlyle, pediu renuncia através de Ofício (002-04-2019/GJD) ao Presidente do TJRN, e não faz mais parte deste Comitê Gestor.</p> <p>Dr Diego Dantas, presidente do Comitê encerra a reunião agradecendo a presença de todos.</p>

DECISÕES E PROVIDÊNCIAS

Ref. Disc.	Descrição	Responsável	Prazo Final
------------	-----------	-------------	-------------